



Minuta da Acta nº 06/2008

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores FERNANDO JOSÉ DE VASCONCELOS ARROBAS DA SILVA		F	
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO MORAIS SOARES	P		
UMBERTO PEREIRA PACHECO	P		
PEDRO LUÍS CONDE CALDEIRA SANTOS	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO		F	
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
MARIA CARLA DE CARVALHO VALENTE DE ALMEIDA	P		
ARTUR MARTINS FERREIRA	P		
MANUEL HENRIQUES BRIGUE FERREIRA DE ANDRADE	P		

Observações: _____

Hora de Abertura: 9 horas e 44 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - Acta nº 5/2008, de 10 de Março;
- Aprovação: - Acta nº 4/2008, de 22 de Fevereiro, que foi aprovada por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 55 de 20 | 03 | 2008

Operações Orçamentais	€ 28 604 238,51
Operações Não Orçamentais	€ 2 321 373,70

Início 9:44

1-CORRECÇÃO DE SENTIDO DE VOTO.

O Sr. Vereador Pedro Lopes Mendonça referiu que na reunião de Câmara de 10 de Março último, no ponto 4.4, votou firmemente este ponto. Sucedeu que a CDV votou sempre contra este alvará, tendo em conta o número de votos que vai permitir naquela zona, de resto na altura afectuar até declarações de voto explicando a razão para essa posição. Nesse sentido, solicitava que no acta da reunião fosse corrigida a sua votação em que, em vez de ser voto firme, é voto contra.

O Sr. Presidente da Câmara disse ficar registada a petição do Sr. Vereador.

2-DECRETO-LEI Nº 12-A/2008 - REGIME DE VINCULAÇÃO, DE CARREIRAS E DE REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS.

O Sr. Vereador Pedro Lopes Mendonça chamou a atenção para esta legislação, que vem introduzir grande precariedade ao vínculo contratual dos trabalhadores da Administração Pública e Local, ainda por cima agendada com o SIADAP, cuja aplicação aumenta ainda mais essa precariedade. Gostaria de saber, tendo em conta o desdobramento que a maioria dos trabalhadores têm desta legislação, como é que a Câmara pode aplicar ao seu pessoal tendo em conta até a sua grande complexidade. Sugeria que fossem promovidas sessões de esclarecimento para que os trabalhadores fiquem a conhecer esta nova realidade que não é nada fácil de interpretar.

O Sr. Vereador Pedro Caldeira Santos disse que a pergunta do Sr. Vereador Pedro Mendonça não deveria ser colocada a si, mas antes ao Sr. Eng.º Sócrates, quando esteja em Conselho de Ministros fazer leis como esta que vem revogar cerca de cinco diplomas e quando ainda por cima tudo aquilo que é feito é com vista a aligeirar a Administração Central, atirando todos os ónus para a Administração Local. Ou seja, neste momento é extremamente complexo não só a aplicação do SIADAP como a lei das mobilidades e dos vínculos e carreiras que é extremamente confusa e muito omissa no que se refere à Administração Local, porque tudo aquilo que é ónus da lei é aplicado a toda a Administração, tudo aquilo que permite a cada uma das unidades orgânicas aligeirar a sua estrutura é aplicado à Administração Central. E depois remete para regulamentação específica, a sair no prazo de 180 dias, tudo aquilo que é aplicável à Administração Local. Ou seja, tudo aquilo que a Administração Central pode fazer para substituir pessoas, requalificar pessoas, mover entre si pessoal, etc. neste momento perfeitamente definido. Relativamente às autarquias locais, vão continuar à espera da regulamentação que há de permitir aplicar à Administração Local toda a peripécia dos artigos que muda radicalmente a gestão da Administração. E que o Sr. Vereador referiu que o SIADAP agora as carreiras, não agora.

Aquilo que o Governo está a construir é um modelo que ele próprio está todo integrado entre si e precisamente para além do âmbito do SIADAP, compatibilizando as regras de avaliação que existiam anteriormente, agora existem também todos os níveis de lei regulada que se refere à mobilidade e aquilo que se refere à lei das carreiras. Só para dar uma ideia, está convicido de que 90% dos funcionários públicos, que da Administração Central, quer da Administração Local, não vão conseguir passar para além do nível da carreira em termos de escalões, porque sendo obrigatório ter uma classificação essencial de 5-bons para ser promovido, e 5-bons é a nota aplicável por ano a 70% dos funcionários e tendo, por exemplo, a carreira técnica superior 14 escalões, isto obrigava a 70 anos de vida para poder chegar ao topo da carreira. Portanto isto é completamente diferente do que existia antes, em que toda a gente era quase automaticamente promovido, porque a lei dizia que o progresso era automática, sendo que a promoção era automaticamente a carreira. Mas, graças à Administração Central que o país tem e à função pública que o país tem, os três anos para ser promovido era um direito praticamente adquirido e então as pessoas transitavam automaticamente na progressão, mas ao fim de alguns meses estavam a ser promovidas, independentemente da qualidade porque era tudo classificado de cinco anotação bom. Portanto tudo isto exige toda uma mudança cultural e toda uma inter-ajuda de toda a estrutura, porque parece pensar que é só o Vereador dos Recursos Humanos, só o Director dos Recursos Humanos, só o Presidente da Câmara ou o Departamento de Recursos Humanos que pode implementar esta lei, está enganado. É impossível. Ou há uma mudança cultural na estrutura toda, e isso inclui até o Sr. Vereador Pedro Fernandes, ou então é impossível estar-se a pensar na aplicação da lei na prática como ela se pretende. Esta reflexão devia ter sido feita pelo legislador, mas não foi, parece que esta é a legislação ótima e o ótimo é inimigo do bom, só não é ótimo porque ela é incompleta e a partir desse momento, não se torna aplicável em grande parte, mas a ideia é de bom, aliás há pouco tempo leu num jornal que se estava perante um governo que era uma fábrica de leis. Então era um problema: fazer mal e não sabia escrever-las e portanto era extremamente difícil a aplicação destas leis e neste caso concreto pelo facto de vida das pessoas e dos seus funcionários e respectivas famílias e é vítima precisamente dessa falta na forma de legislar e portanto aquilo que pode dizer ao Sr. Vereador é que a câmara está neste momento a tentar implementar o SIADAP dentro do possível e tempo e horas, há departamentos que já entregaram a avaliação de 2007, o que quer dizer que é possível e pode dizer que o primeiro a entregar foi um dos maiores serviços desta câmara e portanto se um dos maiores serviços e de um modo amplo em termos de recursos humanos entregou a nível que todos os outros, se se empunham, também podem entregar e no caso a Protecção Civil ainda não entregou. Em 2008 deviam ter sido fixados objectivos até Março. Não sabe se o Sr. Vereador já os fixou. Portanto a paragem do Sr. Vereador também é a sua e está com muita mais responsabilidade porque é o responsável pelos Recursos Humanos desta Câmara. É portanto a decisão do Sr. Vereador Pedro

Reunión de 24 / 3 de 1981

Quedamos, todos estos preocupados con la aplicación de la ley de
carreras. El Administrador Local, neste momento aplica-se
só en parte, porque na maior parte daquilo que afecta as funcio-
narias está dependente de regulamentação a sair em 180 dias, e
a prática diz que os 180 dias normalmente são curtos, e portanto
há de se esperar para saber o que é que se vai fazer.

O Sr. Vereador Pedro Lopes Fernandes referiu que rela-
tivamente a essas questões de entregar e não entregar, em
local próprio discutiu-as. O que queria foi que fossem escla-
cidos os funcionários desta câmara sobre a legislação das
carreras e dos vínculos, porque ele é muito complexo, como o Sr.
Vereador aliás reconheceu, e não cobram nenhuma prestação
sobre o SIADAP.

O Sr. Vereador Pedro Caldeira Santos informou que para
a aplicação do SIADAP nesta câmara, foi dada uma missão
autárquica para o fazer, o que foi reconhecido como uma falha
da lei porque ele estava para sair em Junho e acabou por
sair em Outubro. Entretanto o prazo foi dilatado, no
entanto a Câmara contratou uma empresa de consultoria,
que cobra apenas seis mil Euros o que tem de ser muito a complexi-
dade do sistema onde o contrato, tanto mais que é uma das melhores
empresas do mercado, porque tinha precisamente à frente uma
das pessoas que fazia parte da comissão que criou o SIADAP, que
é o Sr. José Gualberto. Essa empresa, para além de ter ajudado
a montar todo o esquema de organização do SIADAP, deu formação
nesta câmara em três fases: uma sessão para o Vereadores,
uma sessão para os dirigentes, e depois fez várias sessões para
o pessoal, para o consciencializar da mudança do sistema
e aquilo que passaria a contar para a avaliação e com o
que passariam a ser avaliados. No obstante essa situação, es-
ta empresa esteve durante seis meses a apoiar a Câmara em
tudo o que eram dúvidas na aplicação do sistema, pelo que não
faltou nesta câmara apoio na implementação do SIADAP.
Relativamente à lei de estabilidade, saiu um despacho a ex-
plicar algumas situações que não afetam, que mais preocupam os
funcionários, e que ele fez o Sr. Director do Recursos Humanos
pensarem particularmente este último momento e explicar pessoal-
mente a todas as pessoas que não poderiam ser promovidas e
reclassificadas, a situação de cada uma delas. Algumas até por
entenderem que não era justo, recorreram ao Gabinete do Presidente
e por aí se foi também o Sr. Presidente a ter que receber
casos resolver informações para poder esclarecer por via legal
pessoas que estão a ser criticadas, porque as pessoas ainda não entendem
que o sistema hoje está feito para as pessoas não progredirem

Reunião de 24/3/2008

é não serem promovidas e é difícil explicar a pensos que têm uma expectativa de uma carreira e uma expectativa de vínculo para o futuro que, de repente, as regras transformam-se completamente. Tal como disse anteriormente ao Sr. Sereado, neste momento para a Administração Local é impossível dizer quais são as regras e considerar o Sr. Sereado a Lei do Decreto-Lei n.º 2/12/2008, para perceber o que é que é aplicável à Administração Central e à Administração Local, o que é que é aplicável à Administração Central e o que é que é aplicável à Administração Local. É aquilo que é aplicável à Administração Local de diferente da Administração Central, até à data numa das últimas disposições, não ser regulamentado em 100 dias. Ora se é assim, naturalmente que ainda não se diz ao Sr. Sereado Pedro Penduro, nesse aspecto quanto às carreiras o que é que se vai acontecer. A única coisa que neste momento é já referida é que o vínculo dos funcionários que são funcionários públicos à data da saída da lei, continua a ser permanente. Sendo que, por via do SIADAP, há uma nova disposição no novo versão do SIADAP, porque entretanto já foi revista, em que o funcionário que tenha duas classificações de incompatibilidade pode ser despedido. É uma das novidades. Isso é um direito que cabe a quem a quem fez a lei - o governo da República - mas a Câmara é obrigada a cumprir-la. Portanto aquilo que pode responder imediatamente é que a Câmara, face a Atos as leis que são aplicáveis, à Administração Local, têm de cumprir-las e vai cumprir-las tal qual está no texto do diploma.

3- PROJECTO CIDADE PT.

O Sr. Sereado Pedro Lopes Penduro refere que tem saído notícias que a Portugal Telecom anda a pensar de um local no caso de Lisboa para instalar os seus serviços. Portanto de saber se a Câmara foi contactada para o efeito ou se vai enviar para receber estes serviços, visto que há representantes mais pontos de trabalho e algumas infraestruturas no Conselho o que seria benéfico.

O Sr. Presidente da Câmara informou ter sido um governo que a PT estava interessada em instalar na periferia de Lisboa uma "cidade PT" para concentrar os seus serviços e manifestar a sua disponibilidade para analisar as intenções e estudar a situação. Até hoje não tem nenhum contacto formal ou informal.

Reunião de 24 / 3 / 2008

4- LICENCIAMENTO DO ALARGAMENTO DO CAIS DE DESCARGAS DO JUMBO.

O Sr. Vereador Pedro Fernandes afirmou que este licenciamento terá algum prejuízo em termos de custos para aquele local, uma vez que aquela zona já hoje em dia está bastante congestionada de trânsito e alargando o cais de descarga, naturalmente que aumentamos as dificuldades de fluidez do trânsito.

O Sr. Vice-Presidente da Câmara esclareceu que foi apresentada uma proposta, que foi aprovada nos Serviços, que não foi aceite na sua totalidade, ou seja, foi mitigada em relação aquilo que houve sido proposto, e os estudos que foram feitos apontam novamente exatamente o contrário ao que foi o Sr. Vereador de admitir de dizer, ou seja, os estudos técnicos apontam novamente que a situação vai melhorar face aquilo que hoje lá existe. Mas não fazer chegar ao Sr. Vereador esses estudos para o poder apreciar.

O PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA TERMINOU AS 10:05

- PONTOS PRÉVIOS:

- a)- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FPEPTT-FUNDAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO; PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODPENDÊNCIA, PARA APOIO AO PROJECTO "OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DA DROGA E DAS TOXICODPENDÊNCIAS" - 12.000,00 Euro.

O Sr. Vereador António Pedro Tomás Soares apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida e discutida por unanimidade, em termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

- b)- 2ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2008-2011 E 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2008.

O Sr. Vereador Pedro Caldeira Santos apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida e discutida por unanimidade, em termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na discussão o Sr. Vereador Humberto Pinheiro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11:10

1- BERNARDINO BARNABÉU.

Morador na Rua Ilha de S. Jorge - Casével

Solicitou que o informassem da razão porque estando elaborada e aprovada desde 17 de Julho de 2007, a proposta de trânsito nº T-14/07, referente à Rua Ilha de S. Jorge, em Casével, a mesma

Reunião de 24/03/1968

ainda não foi executada. Foi contactado com o Sr. Secretário da Palácio, foi informado que a colocação da vinilização seria efectuada no início deste ano. Como ainda não teve lugar, apresentará nesta reunião para se intentar da razão porque não foi colocada.

O Sr. Secretário Antunes Fernandes informou que a proposta está para executar na ESVC e aguarda o fim dos trabalhos legais para ser implementada. Aquilo que em primeiro parece ser uma obra simples, na prática veio a verificar-se não ser assim, porque implica o desvio de 4 partes de iluminação pública, abanico o piso, as caixas de registos e de electricidade, situações que não estavam previstas. Por outro lado, fez a lista de obras que estão por executar, a Câmara de proximidade aquelas que se lhe afiguram mais urgentes, já que naquela localidade está assegurada a questão do saneamento. Mas a obra não dentro em breve ser executada.

2- JOSÉ MARIA TEIXEIRA FERNANDES.

Morador na Avenida da Curia, Casais.
Exposto um conjunto de anomalias (infiltrações e humidades) que se verificam na casa onde reside e pertence à Câmara. Já esteve presente na reunião da Câmara de 27 de Novembro de 1966, onde expôs esta situação. Posteriormente foram feitas algumas obras mas a situação manteve-se.

O Sr. Secretário Manuel de Andrade esclareceu que a obra a fazer é nos pontos comuns do prédio e ainda não foi feita porque tendo o prédio sido constituido em propriedade horizontal, havendo propriedades individuais de frações para além da Câmara, todas têm de participar nos custos e não só a Câmara, ainda assim que ainda não se conseguiu obter nos reuniões de condóminos que têm sido feitas. Está acordado com o Administrador do Condomínio a marcação de uma reunião durante a primeira quinzena de Abril para analisar o estado das obras. Caso isto não dê lugar a uma conclusão será a própria ETGMA que marcará a reunião para procurar resolver esta situação.

3- JOÃO FAUSTO TEIXEIRA.

Não compareceu.

4- BENEDITA FREIRE.

Deixou.

Reunião de 24/03/2008

5- ANABELA RESENDE.

Moradia na Vila da Moura do Juizal, Póvoa de Varzim, A dos Anhedos.

Em 2005 pediu uma certidão em nome da detentora do prédio no sítio dos Gaios e de construção anterior a 1951. Essa certidão foi emitida e quando ele chegou a sua posse verificou que ela não tinha a localização do prédio, tinha apenas umas plantas, onde era feita uma circunferência amarelada o local e não tinha medida, nem tinha artigos, nem tinha rigorosamente nada que pudesse identificar o prédio. Desobrigou-se de novo a Câmara e pediu que lhe colocassem na certidão, pelo menos, a medida do prédio. Disse-lhe que não era possível, houve um erro com o chefe de seção, depois veio um senhor, que não retira o nome, que lhe disse que não imputava fazer isso, que ele sabia que a Câmara fazia as certidões e qualquer notário de Cascais aceitava. Logo nos nos pedimos, com o notário todos de Cascais e é evidente que não aceitavam, porque não há nenhum neste País que o faça. Disse-lhe que para ter a certidão rectificada teria de pagar outro. Além disso um preço injusto, na medida em que o erro não foi do seu cliente, mas sim da Câmara mas, para não criar mais problemas, pediu outra certidão. Quando não é o seu espanto, quando vem levantar a certidão ele não está pronto, ao fim de uma série de meses, e depois recebe uma carta da Câmara em que informa do indefinimento do prédio. Ficou espantado, porque o primeiro pedido foi referido, o prédio é o mesmo e no mesmo sítio. Tentei resolver a sua situação e fui tentando resolver o problema por carta, por telefone, com deslocações à Câmara até onde está a sede de hoje. Tentei marcar uma reunião com o Sr. Presidente, também não consegui, até que se me obrigou a ir a reunião pública da Câmara para esclarecer o assunto porque, depois de este erro, a única via que tem o Tribunal e que não custa nada e todo o custo porque não situações, demoras, custos e despesas. Não sei se, portanto, de saber como é que este processo se vai resolver.

O Sr. Presidente da Câmara disse que a Sr. Anabela Resende foi admitida em uma reunião pública da Câmara, porque aquilo que disse não corresponde à verdade que esta situação não fica de inscrever e na informação dos Serviços. A informação que possui - e os Serviços indicam que é o Presidente que responde, e não parece possível, porque não é uma área sob sua responsabilidade directa, delegou-a - e que esta certidão não pode ser emitida

preços se verificaram dias de construção naquela época depois de anos em causa (1954). Ou seja, nunca é referido no informe que este senhor teve o conhecimento da certidão. Pelo que lamentar e pedir desculpa, mas não podia responder por não estar habilitado e pedir ao seu Adjunto que compareça junto do Serviço, esta instrução para clarificação desta e agradecer que de futuro os Serviços não sejam mais informados perfeitamente sobre a realidade, a fazer fe' requirido que o Senhor disse.

6- MARIA DO ROSÁRIO LEITÃO.

Reside na Rua Viana do Castelo - Casével.

Efectuou um pedido para instalação de placas indicativas de Consultório de Veterinário e não obtendo a oportuna resposta favorável.

A Sr.^{ta} refere que a valente de Almeida refere que aquilo que a municipal pretende é promover uma actividade comercial à custa de sinalização de trânsito. Como essa publicidade não está regulamentada no Código de Estrada, a pretensão formulada não pode ser resolvida por esta via.

O Sr. Presidente da Câmara peeniza que a municipal se desloque à empresa J. Cebaux que detém a concessão deste tipo de sinalização no Casével e aí a questionar a sinalização em causa. Se o preço é elevado, como afirmou a Sr.^{ta} Maria do Rosário, a Câmara não pode dar resposta a esta questão. Que a Câmara não faça de alcun negócios neste campo.

7- VICTOR CÉSAR AMARAL.

Não compareceu.

8 - MARIA JORGE POIARES (em seu nome falou a sua filha Teresa Coelho).

Reside no Casal N.^o 51 de Gago - Tines.

Em resultado das obras de construção do paredão de barreira de Tines, a cota de nível ficou mais alta, o que provoca inundações quando chove com mais abundância na rua N.^o 51 de Gago em Tines. Solicitou que fosse encontrada uma solução para este problema.

O Sr. Presidente da Câmara lembrou que essa obra foi executada há mais de 15 anos, de vez em quando o projecto, e de então para cá não houve problemas de mais. O que acontece é que, motivado pelas alterações climáticas, as grandes chuvas, começam a aparecer, tal como sucede em outros países. Como medida imediata, foram alertados os Serviços no sentido que repare o

Reunião de 24/03/1968

arrumamento do Mercado, que permitir o escoamento da água em situações de maior pluviosidade. Entretanto está a ser ultimado um projecto para lançamento de uma empreitada, a levar a cabo ainda no segundo semestre deste ano, para execução de um coberto plural, cuja Valsa real occorrida na valse atravessando todo o rio e até à ribeira. Vai também ser elaborado projecto para a regularização da Ribeira das Anicuas, na zona onde se verificam o transbordo da mesma e que depois será submetido ao DPA, para aprovação. Por outro lado, pediu aos Sr. Secretários Manuel de Andrade e Pedro Tencinha que efectuassem o levantamento de dados ocorridos.

O Sr. Secretário Manuel de Andrade informou que o Director de Intervenção Sub-territorial e a Protecção Civil já efectuaram um levantamento exhaustivo sobre o que aconteceu, sem cumprir as necessidades dos faneiros. A Segurança Social vai atribuir subsídios para aquisição de bens. Há duas casas que não estão em condições de serem habitadas de novo, aguardando-se que os respectivos proprietários digam o que pensam fazer a este propósito. Lembram que apenas uma das unidades está legalizada, existindo outras que não o são.

O Sr. Presidente da Câmara pediu ao Sr. Secretário Manuel de Andrade que lhe fosse apresentada uma relação circunstanciada sobre este assunto.

9- INÁCIA FRANÇA FELIX.

Mencionar no nº 25 de Abril, Casais

Considerar que se verificou que casais após mais tempo, dando os encaminhamentos ao Sr. Presidente. Dámon a atenção que o nº 25 de Abril em Casais tem o faneiro com alguns sumos. Pediu que fossem plantados mais pinheiros em Casais.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a participação do Sr. D. Inácio, pormenorizando os esclarecimentos sobre os pontos abordados.

O Período de Intervenção do Público terminou às 11:55

3.FINANCEIRO:

3.1.PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2007 – INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.

*Aprovado com 2 abstenções dos Srs. Vereadores
Umberto Pacheco do PS e Pedro Mendonça da CDU.*

3.2.1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2008-2011 E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2008.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador Pedro
Mendonça da CDU, não tendo participado na discussão e
voto o Sr. Vereador Umberto Pacheco do PS.*

3.3.ABERTURA DA DISCUSSÃO PÚBLICA RELATIVA À ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE NORMAS DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS DE 2008.

Aprovado por unanimidade

4.EDUCAÇÃO:

4.1.PROGRAMA ALIMENTAR - ACERTO DE CONTAS DO 1º PERÍODO E ESTIMATIVA PARA O 2º PERÍODO DO ANO LECTIVO DE 2007/2008 - € 235.601,20.

Aprovado por unanimidade.

5.CULTURA:

5.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

5.1.1. CORO VOX LACI - APOIO À AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO – € 800,00.

Aprovado por unanimidade.

5.1.2. CLUBE DESPORTIVO DO ARNEIRO - APOIO ÀS COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER – € 200,00.

Aprovado por unanimidade.

5.1.3. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASCAIS - OCUPAÇÃO DO TEATRO GIL VICENTE – € 3.450,00.

Aprovado por unanimidade.

5.1.4. GRUPO CANTARES DE TERRA – MÚSICA POPULAR - APOIO A DESLOCAÇÃO AO BRASIL € 2 000,00.

Aprovado por unanimidade.

5.1.5. VOCAL DA CAPO ASSOCIAÇÃO CORAL DE CARCAVELOS - APOIO RECEPÇÃO GRUPOS ESPANHÓIS - € 800,00.

Aprovado por unanimidade.

6.DESPORTO:

Nota: O Sr. Vereador Manuel de Faria de
→ não estava presente no sala no
momento da discussão e votação deste ponto.

6.1. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2007/08 – RECTIFICAÇÃO DA DESIGNAÇÃO CLUBE DE BADMINTON DO COLÉGIO AMOR DE DEUS.

Aprovado por unanimidade.

6.2. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

6.2.1. AGRUPAMENTO ESCOLAS CASCAIS - ESCOLA EB 2.3 PROF. ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO - RECTIFICAÇÃO DAS REDES DE ÁGUAS QUENTES DO GINÁSIO DA ESCOLA BÁSICA 2.3 PROF. ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO - PROJECTO - € 4.658,50.

Aprovado em unanimidade.

6.2.2. DIVERSAS ENTIDADES - CASCAIS ACTIVO É DESPORTO PARA TODOS - € 4.750,00.

Aprovado em unanimidade.

6.2.3. DIVERSAS ENTIDADES - CASCAIS ACTIVO É DESPORTO NAS FÉRIAS/PÁSCOA 2008 € 6.307,50.

Aprovado em unanimidade.

6.2.4. GRUPO RECREATIVO E FAMILIAR DE MURCHES - PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2007/08 - APOIO À PARTICIPAÇÃO/ORGANIZAÇÃO - € 500,00.

Aprovado em unanimidade.

7. JUVENTUDE: VOTA: *o Sr. Vereador Daniel de Andrade não esteve presente no sala no momento da discussão e votou deste facto.*

7.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

7.1.1. APOEP - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ORIENTADORES ESCOLARES E PROFISSIONAIS - PARA GARANTIA DE 2 ATENDIMENTOS SEMANAIS - PROJECTO VIVER JOVEM - € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7.1.2. CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS - APOIO AO FUNCIONAMENTO E VIABILIZAÇÃO DE 5 ACÇÕES DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CRIATIVIDADE - PROTOCOLO – APOIO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS € 22.050,00.

Aprovado por unanimidade.

8. ACÇÃO SOCIAL:

8.1. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

8.1.1. CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. PEDRO E S. JOÃO DO ESTORIL NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE CELEBRADO COM A CMC EM 15 DE JULHO DE 2007 - € 103.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8.1.2. CLUBE NAVAL DE CASCAIS NO ÂMBITO DO PROJECTO DE VELA SEM LIMITES - € 25.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.ARRUAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS:

9.1. "CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO PAI DO VENTO" – OBRA Nº 2.12.0.10 - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Luís Alberto Rodrigues do PS.*

9.2. "ACESSIBILIDADES AO NOVO HOSPITAL DE CASCAIS" – OBRA Nº 4.11.5.24 - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador Luís Alberto
Rodrigues do PS.*

9.3. "REESTRUTURAÇÃO DOS ACESSOS AO AUTÓDROMO DO ESTORIL" – OBRA Nº 4.11.3.04 - REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Luís Alberto Rodrigues do PS.*

9.4. "CONSTRUÇÃO DA VIA CIRCULAR NASCENTE A SÃO JOÃO DO ESTORIL – TROÇO ENTRE O BAIRRO SOCIAL DA GALIZA E O NÓ DO ESTORIL" – OBRA Nº 4.11.4.02 - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Luís Alberto Rodrigues do PS.*

9.5. APROVAÇÃO DO PROJECTO DO ACESSO AO COMPLEXO MOINHO VERMELHO – ALCABIDECHE.

Aprovado por unanimidade.

10. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO:

10.1. RELATÓRIO DE AVERIGUAÇÃO DA SUJEIÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR PARA A REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS SUL À AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.

A votação foi efectuada na especificidade, tendo-se apurado o seguinte resultado:

- Ponto 1: Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador Humberto Paalves da P.

- Ponto 2: Aprovado por unanimidade.

11. PLO-PROJECTO DE RECUPERAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS ILEGAIS.

11.1. ALTERAÇÃO ÀS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA DATADA DE 26/07/2004 – PONTO 11.1 E DE 13/11/2006 – PONTO 11.1, PROCESSO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO Nº 2.148/98 EM NOME DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA RUA DO INFANTE, EM SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

11.2. ALTERAÇÃO ÀS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA DATADA DE 11/10/2004 – PONTO 14.1, PROCESSO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO Nº 2.329/99 EM NOME DE ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO ALTO DA ALAPRAIA, NA ALAPRAIA, ESTORIL

Aprovado por unanimidade.

11.3. ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1347, EM NOME DE JOSÉ MANUEL BATISTA TEIXEIRA ROXO, LOCALIZADO EM TIRES, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

11.4.ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1091, EM NOME DE COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO BAIRRO DO ESPARGALINHO, LOCALIZADO EM CAPARIDE, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

12.AMBIENTE:

12.1.ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO AO GRUPO ECOLÓGICO DE CASCAIS - GEC NO MONTANTE GLOBAL DE € 16 180,00 PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DO PROJECTO BIOHORTAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS E JARDINS DE INFÂNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA 1ª FASE NO VALOR DE € 4 854,00.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Luís Roberto Paes, do PS.*

12.2.TRANSFERÊNCIA PARA A AMTRES NO VALOR DE €778.954,31 REFERENTE AO PAGAMENTO DO MÊS DE JANEIRO DE 2008 - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Aprovado por unanimidade.

12.3.TRANSFERÊNCIA PARA A AMTRES NO VALOR DE €724.382,69 REFERENTE AO PAGAMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2008 - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Aprovado por unanimidade.

13. RECURSOS HUMANOS:

13.1. PROGRAMA DE ESTÁGIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

13.2. ALTERAÇÃO PONTUAL AO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS.

*Aprovado com 2 abstenções do Sr. Vereador
Umberto Pacheco do PS e Pedro Fernandes do CDV.*

14. HABITAÇÃO:

14.1. MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA PARA 2008, RELATIVO À EXPLORAÇÃO E GESTÃO DA EMGHA - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS, EM

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Umberto Pacheco do PS.*

14.2. EMGHA - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS, EM - PLANO DE ACTIVIDADES, DE INVESTIMENTO E FINANCEIRO E ORÇAMENTO DE 2008.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Umberto Pacheco do PS.*

14.3. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO BAIRRO DA TORRE, RUA DO CORAL, N°66, 3° DT° A MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CANDEIAS EM REGIME DE RENDA APOIADA.

Aprovado por unanimidade.

15.DIVERSOS:

15.1.PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE PEREQUAÇÃO COMPENSATÓRIO E DOS FUNDOS DE COMPENSAÇÃO – ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Aprovado por unanimidade.

15.2. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DE 2007 DA ESUC.

Aprovado com 2 abstenções do Sr. Vereador Humberto Pacheco do PS e Pedro Queiroz da CDU.

15.3. CONTRATO-PROGRAMA ESUC - 2008.

Retirado.

15.4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DO ANO 2007 E PARECER FISCAL ÚNICO DA ARCASCAIS.

Aprovado com 2 abstenções do Sr. Vereador Humberto Pacheco do PS e Pedro Queiroz da CDU.

16.INFORMAÇÕES:

16.1. DESLOCAÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS NO ESPAÇO DO MUSEU DO MAR - APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.2. PROGRAMA CULTURAL MÊS DE ABRIL 2008.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.3. AGENDA DESPORTIVA MÊS DE ABRIL 2008.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

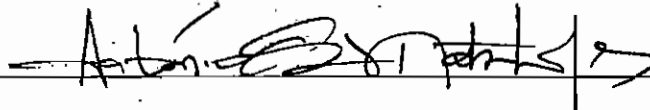
16.4. EFEMÉRIDES ASSINALADAS NA REDE DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE CASCAIS – MÊS DE ABRIL.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.5. PROJECTO VELA SEM LIMITES – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO/AVALIAÇÃO – JUNHO DE 2006 A DEZEMBRO DE 2007.

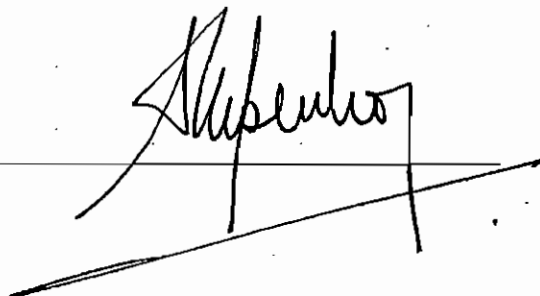
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

As 12 horas e 38 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO



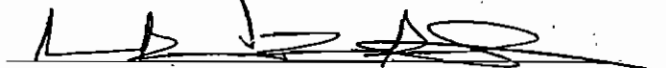
Os Vereadores

FERNANDO JOSÉ DE VASCONCELOS ARROBAS DA SILVA

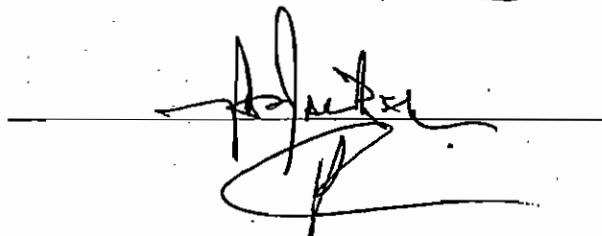
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS




ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO MORAIS SOARES




UMBERTO PEREIRA PACHECO



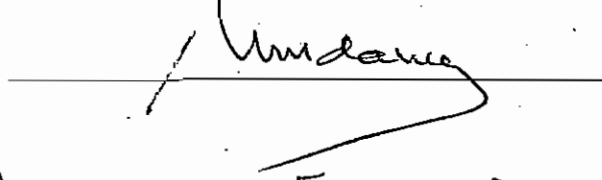
PEDRO LUÍS CONDE CALDEIRA SANTOS



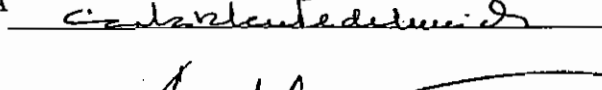
ANA CLARA ROCHA SE SOUSA JUSTINO



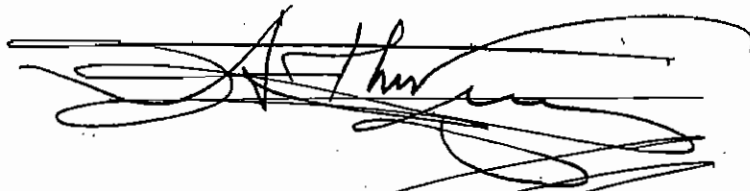
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



MARIA CARLA DE CARVALHO VALENTE DE ALMEIDA



ARTUR MARTINS FERREIRA



MANUEL HENRIQUES BRIGUE FERREIRA DE ANDRADE

